

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.282 - PA (2019/0002597-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : C F F (PRESO)
ADVOGADO : LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS OLIVEIRA - PA022709
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por C. F. F., em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará que denegou o *writ* de origem.

O acórdão recorrido contém a seguinte ementa (fl. 118):

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A, CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PACIENTE PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. PERSISTÊNCIA DOS MOTIVOS DO ENCARCERAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. SÚMULA 08, DESTE E. TRIBUNAL. IRRELEVÂNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PREVENTIVA POR CAUTELARES DIVERSAS (ART. 319, DO CPP). INCABÍVEL. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME

1. Persistindo os motivos autorizadores da constrição cautelar a prisão é medida que se impõe, não sendo razoável deferir ao condenado o direito de recorrer solto quando permaneceu preso durante a instrução criminal;

2. Já está pacificado nesta e. Corte que as condições pessoais favoráveis do paciente não são suficientes à concessão da liberdade, quando presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar. Aplicação do Enunciado Sumular nº 08, do TJ/PA;

3. Tendo sido reconhecida a presença do motivo que autoriza a constrição cautelar, não há que se falar em substituição dessa por qualquer das medidas diversas da prisão;

5. Ordem conhecida e denegada. Unanimidade.

Busca-se a revogação da prisão preventiva, mantida pela sentença condenatória, sob a alegação de ausência dos seus requisitos ensejadores, ou a aplicação das medidas alternativas à prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O recorrente foi condenado à pena de 26 anos, 7 meses e 14 dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 217-A, c/c o art. 226, II, e 69, todos do Código Penal.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso.

Na origem, consta que a sentença condenatória foi prolatada em 31/10/2018, estando a ação penal n. 0002962-52.2018.8.14.0049 em fase recursal, conforme informações eletrônicas disponíveis em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A sentença condenatória, no que se refere à necessidade da manutenção da segregação cautelar, assim dispôs (fl. 192):

[...].Subsistem os motivos para manutenção da segregação cautelar do réu, pois os fatos foram consideravelmente repugnantes, principalmente por serem praticados em detrimento de duas crianças, as quais, inclusive, eram sobrinhas de sua companheira.[...].

Como se vê, a sentença apresenta fundamentação válida para a prisão preventiva, notadamente ante a periculosidade do recorrente, evidenciada no *modus operandi* do delito, pois praticou atos libidinosos com duas crianças, sobrinhas de sua companheira, utilizando da relação familiar com as vítimas.

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva a verificação de circunstâncias reveladoras de uma gravidade acentuada do delito, evidenciada na periculosidade do agente que, abusando da confiança adquirida junto à família, pratica atos libidinosos com menor de idade. Nesse sentido: RHC 92.544/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 21/03/2018; RHC n. 49789/PR, 5ª T., unânime, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 26/8/2014; HC n. 258943/MT, 6ª T., unânime, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 27/5/2014.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ademais, a sentença condenatória faz ainda referência aos fundamentos do decreto prisional. Entretanto, essa peça não foi juntada aos autos.

Ressalte-se ser pacífico o entendimento desta Corte Superior que o *habeas corpus*, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído (AgRg no HC n. 289076/SP, 5ª T., unânime, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE, 6ª T., unânime, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE, 6ª T., Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 2/6/2014).

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator